

**HABEAS CORPUS Nº 517.297 - GO (2019/0181305-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : **ROBERTO SERRA DA SILVA MAIA**  
**ADVOGADO** : **ROBERTO SERRA DA SILVA MAIA - GO016660**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE** : **T F B (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO PACIENTE SOBRE A SENTENÇA DE CONDENAÇÃO. DESNECESSIDADE. RÉU SOLTO NA ÉPOCA. INTIMAÇÃO DA ADVOGADA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. Ordem denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **T F B**, em que se aponta como autoridade coatora a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 217-A do Código Penal, à pena de 10 anos, 4 meses e 7 dias de reclusão, em regime fechado (fls. 24/28).

Em sede de *habeas corpus* (n. 5280868.06.2019.8.09.0000), a defesa apontou que o paciente não foi intimado pessoalmente, sendo surpreendido com a prisão. Alegou que o paciente tem 67 anos e é portador de várias enfermidades, e que a unidade prisional não oferece condições mínimas para abrigá-lo.

A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás denegou a ordem (fls. 35/55).

Esta, a ementa do julgado (fl. 54):

*HABEAS CORPUS*. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RÉU SOLTO. INTIMAÇÃO. ADVOGADO CONSTITUÍDO. PRISÃO DOMICILIAR. REQUISITOS. AUSÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA.

1 – Não configura constrangimento ilegal a intimação da sentença condenatória na pessoa da advogada constituída pelo paciente, que, solto, respondeu a ação penal.

2 – Ausente demonstração dos requisitos do artigo 318, II, CPP, inviável a substituição da prisão por recolhimento domiciliar.

Ordem denegada.

No presente *writ*, a defesa aponta nulidade no feito, dada a ausência de intimação pessoal do réu para recorrer da sentença condenatória (fls. 3/11). Aduz que o paciente respondeu ao processo em liberdade e que a sua antiga patrona, que detinha poderes para atuar em sua defesa técnica, interpôs apelação somente até a sentença de primeiro grau, recurso que não foi recebido por intempestividade.

Decisão deste Relator indeferindo a liminar (fls. 58/61).

Parecer ministerial opinando pelo não conhecimento do *writ* (fls. 100/103).

É o relatório.

A respeito da controvérsia, constou do acórdão hostilizado o seguinte (fls. 51/52 – grifo nosso):

[...]

No entanto, nas informações prestadas, Sua Excelência esclareceu detalhadamente o trâmite processual após a sentença condenatória, de modo a demonstrar **a legalidade da decisão que não recebeu a apelação**.

Convém transcrever os seguintes trechos:

“Inicialmente, informo a Vossa Excelência que a impetrante, como advogada do paciente, apresentou nos autos da ação penal que deu causa à condenação procuração com poderes para representá-lo ‘em qualquer juízo, instância ou tribunal (...) até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os (sic.; fl. 65).

Além disso, não houve nos autos qualquer espécie de manifestação no sentido de que o paciente desejaria, após a prolação da sentença, se fazer representar por defensor dativo. Ao contrário, após a sentença a impetrante, **ainda como advogada constituída, apresentou apelação, petições interlocutórias e, inclusive, agravo em execução (...)**

Outro esclarecimento se faz necessário. A impetrante noticia que foi intimada da sentença condenatória em 30/1/2019 e que interpôs recurso de apelação em 2/2/2019. **A princípio, portanto, o recurso seria tempestivo. Contudo, por descuido ou má-fé, não comunicou Vossa Excelência que em decisão judicial proferida por este magistrado posteriormente foi corrigido erro material consistente na indicação da data de interposição do recurso, que, em verdade, foi protocolado no dia 6/2/2019, isto é, quando já ultrapassado o prazo de 5 dias do art. 593 do CPP”**

Vê-se, diversamente do alegado, que **a impetrante foi constituída pelo paciente para defendê-lo, inclusive em sede recursal, e não há nos autos qualquer manifestação expressa em sentido contrário, até mesmo, como**

**assinalado pelo magistrado, na hipótese de renúncia ao mandato, a advogada deveria ter informado o Juízo, fazendo prova da prévia comunicação ao mandante, nos termos do art. 112 do Código de Processo Civil, o que não ocorreu.**

**Dessa forma, constatado que desde o início da ação penal o paciente constituiu advogada para assisti-lo e, tratando-se de réu solto, correta a intimação do decreto condenatório na pessoa da advogada constituída, consoante o disposto no artigo 392, II, do Código de Processo Penal.**

[...]

**Feitas tais considerações, vejo que a cientificação da sentença se efetivou de forma válida no dia 30/1/2019, mas o recurso foi interposto somente em 6/2/2019, fora do prazo legal (art. 593, I, CPP). Assim, dada a intempestividade, não vislumbro vício capaz de rescindir o trânsito em julgado da condenação, razão pela qual revogo a decisão liminar, ficando o Juízo de origem autorizado a restaurar o decreto prisional.**

[...]

*Razão não assiste à defesa, pois ambas as Turmas que compõem a 3ª Seção deste Sodalício firmaram a compreensão de que, em se tratando de réu solto, é suficiente a intimação de seu advogado acerca da sentença condenatória, procedimento que garante a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório. Precedentes (AgRg no AREsp n. 1.507.696/SP, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 23/10/2019).*

*Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de que, consoante o disposto no art. 392, II, do Código de Processo Penal, tratando-se de réu solto, é suficiente a intimação do defensor constituído acerca da sentença condenatória, não havendo qualquer exigência de intimação pessoal do réu que respondeu solto ao processo (AgRg no REsp n. 1.710.551/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 3/10/2018).*

No caso, a Corte local deixou expresso que o paciente se encontrava em liberdade e que a advogada foi constituída por ele para defendê-lo, inclusive em sede recursal, e não há nos autos qualquer manifestação expressa em sentido contrário; até mesmo, como assinalado pelo Magistrado, na hipótese de renúncia ao mandato, a advogada deveria ter informado o Juízo, fazendo prova da prévia comunicação ao mandante.

Portanto, consoante o art. 392, II, do Código de Processo Penal, não há falar

# *Superior Tribunal de Justiça*

em exigência de intimação pessoal do réu acerca da condenação, muito menos em nulidade do processo.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator